



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO-PR
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM DEZESSETE DE
SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

A Audiência Pública teve início às 19h10 na Câmara Municipal de Francisco Beltrão, com a presença de vereadores, representantes do Executivo Municipal, membros da empresa concessionária atual do transporte coletivo e da comunidade local. O objetivo do encontro foi debater, de forma transparente e democrática, a atual situação do transporte coletivo urbano no município, especialmente considerando o encerramento do contrato de concessão vigente e a iminente realização de um novo processo licitatório.

Na abertura, foi destacada a importância da participação popular e do diálogo entre os diversos segmentos da sociedade para que a nova concessão contemple melhorias significativas no serviço oferecido à população. Enfatizou-se que o transporte coletivo é um dos serviços públicos mais questionados pelos munícipes, sendo essencial a busca por soluções eficientes e de qualidade.

Compuseram a mesa principal o Presidente da Câmara, vereador Cidão, juntamente com os proponentes da audiência: vereadora Mara Fornazari Urbano, vereador Marcos Folador, vereador policial Oberdan e vereador Emanuel Venzo. Também participaram da sessão os vereadores Anelise Marx, Silmar Gallina, Pedro Tufão Filho, Maria de Fátima e Julio Spada.

Estiveram presentes como convidados: o especialista em mobilidade urbana João Pedro Soares da Silva; os representantes da empresa Guancino Transportes, João Scopel e Muran Almeida; e os membros da administração municipal: Lucas Gomes de Oliveira (Secretário de Planejamento), Júnior Galvão (Secretário de Infraestrutura e Mobilidade) e Marcos Koerich (Administrador municipal).

Abertura da Audiência Pública

Durante a fala de abertura, o Presidente da Câmara destacou que a atual concessão, iniciada em 2015, teve falhas desde o início e que não pode ser repetida da mesma forma. Reforçou que a Câmara, em conjunto com a Administração Municipal, tem a responsabilidade de garantir um novo modelo de contrato que traga avanços concretos e beneficie especialmente os cidadãos que dependem diariamente do transporte público para trabalhar e realizar suas atividades cotidianas.

A condução dos trabalhos da audiência foi então repassada à vereadora Mara, que seguiu com as explicações dos convidados e a coleta das contribuições da comunidade presente.





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

A vereadora Mara Fornazari Urbano, uma das proponentes da audiência, iniciou sua fala cumprimentando os presentes e explicando os procedimentos da sessão, conforme o Requerimento nº 600/261 de 2025, aprovado por unanimidade pelo plenário da Câmara. Destacou que a audiência pública, regulamentada pela Lei Municipal nº 4.697/29, teria duração máxima de duas horas e que, durante as exposições, não seriam permitidas apartes, garantindo mais tranquilidade e objetividade aos expositores.

A vereadora reforçou seu papel como moderadora da sessão, especialmente no controle do tempo, solicitando que todos os expositores fossem objetivos e claros em suas falas, em respeito ao tempo limitado. Informou também a ordem das exposições: iniciando com João Pedro Soares da Silva, especialista em mobilidade urbana, seguido pelos representantes da empresa Guancino Transportes; posteriormente, fariam o Secretário de Infraestrutura e Mobilidade, o Secretário de Planejamento e o servidor público Marcos Koerich; em seguida, os vereadores Marcos Folador e Emanuel Venzo.

Cada expositor teria até 15 minutos para sua fala. A vereadora também comunicou que, antes da última exposição, lembraria aos presentes sobre a possibilidade de se inscreverem no livro de participantes, localizado ao final do plenário, tanto para fins de registro quanto para solicitação de uso da tribuna, que seria concedido por até 5 minutos por inscrito.

Finalizou reiterando a importância do respeito ao formato previsto na legislação municipal para assegurar uma audiência pública organizada e produtiva.

Falas dos Expositores Convidados

O primeiro expositor da noite foi **João Pedro Soares da Silva**, pesquisador e especialista em mobilidade urbana, que apresentou os resultados de um estudo realizado no âmbito da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). A motivação inicial da pesquisa partiu do relato de uma usuária do transporte coletivo que, após alterações nas rotas e pontos de parada, passou a chegar com até 1h30 de antecedência na universidade, evidenciando problemas na atual organização do sistema.

João Pedro explicou que, embora o objetivo inicial fosse apenas atualizar as rotas dos ônibus, o estudo acabou se aprofundando em aspectos mais amplos, como os pontos de embarque e desembarque, a infraestrutura urbana relacionada à mobilidade e o perfil da frota de veículos no município. Segundo dados do IBGE de 2024, Francisco Beltrão conta com mais de 80 mil veículos registrados, dos quais 42 mil são automóveis, 11 mil motocicletas e apenas 312 ônibus — sendo que, destes, apenas 12 são utilizados pela empresa concessionária Guancino Transportes no serviço de transporte público.

CNPJ: 78.686.557/0001-15



Telefone: (46) 2601-0410

 franciscobeltrao.pr.leg.br

cmfb@franciscobeltrao.pr.leg.br
Instagram: @camarabeltrao



Durante a apresentação, o expositor destacou a forte dependência do transporte individual em detrimento de soluções coletivas, apontando a necessidade urgente de investimentos em ciclovias, calçadas acessíveis e campanhas educativas sobre mobilidade responsável. Trouxe, inclusive, comparações visuais do impacto do uso individual do carro em relação ao uso coletivo, evidenciando a ocupação do espaço urbano.

Com base na **Lei Federal nº 12.587/2012** (Política Nacional de Mobilidade Urbana) e no **Plano Diretor Municipal de 2018**, João Pedro reforçou a importância de garantir o acesso justo, inclusivo e sustentável à mobilidade urbana, especialmente para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. No entanto, observou que os padrões previstos em lei para os abrigos de passageiros e acessibilidade não foram plenamente implementados em Francisco Beltrão.

O levantamento apontou que o município conta com **142 pontos de ônibus sem abrigo**, o que representa mais da metade do total. Há apenas **47 pontos com abrigo metálico e vidro**, 37 com abrigo metálico simples e 31 com estruturas de concreto e madeira, sendo que alguns desses se encontram desativados ou em condições precárias. Foi ressaltada também a ausência de calçadas, iluminação adequada e recuos suficientes para o estacionamento dos ônibus, o que contribui para congestionamentos e até acidentes.

Além da análise da infraestrutura, João Pedro apresentou um mapeamento detalhado das principais linhas de ônibus em funcionamento no município, incluindo dados de percurso, tempo de trajeto e número de pontos de parada. Destacou que o mapa oficial da prefeitura (arquivo de georreferenciamento - shapefile) está desatualizado desde 2007, dificultando o planejamento adequado.

Entre as **propostas apresentadas**, destacou:

- Criação de **linhas específicas** para locais estratégicos, como a **Unidade de Pronto Atendimento (UPA)**;
- Ampliação da cobertura nos **finais de semana**, com itinerários voltados a **atividades culturais e de lazer**;
- Implantação de **piso tátil** no terminal e pontos de embarque para garantir acessibilidade às pessoas com deficiência visual;
- Melhorias na estrutura de recarga dos cartões de transporte;
- Reavaliação das **tarifas**, atualmente em R\$ 5,45 (subsidiada em R\$ 0,15 pela prefeitura), consideradas elevadas para usuários de baixa renda.

João Pedro encerrou destacando que sua pesquisa foi realizada entre junho de 2024 e abril de 2025, reconhecendo que alguns aspectos do sistema podem ter sofrido





alterações recentes. Finalizou agradecendo a oportunidade e reforçando a importância de considerar essas informações na formulação do novo contrato de concessão.

O senhor **João Scopel**, representante da empresa **Guancino Transportes**, iniciou sua fala agradecendo o convite para participação na audiência pública e parabenizou o pesquisador João Pedro pelo estudo apresentado, destacando a importância de se trabalhar com dados concretos para fundamentar as decisões sobre a mobilidade urbana no município.

João Scopel abordou a implantação do sistema de **bilhetagem eletrônica** em Francisco Beltrão, ocorrida em 2016, início do atual contrato de concessão. Relatou que a Guancino foi uma das incentivadoras da mudança, que visava melhorar o controle da distribuição de vales-transportes e evitar fraudes. Como exemplo, mencionou que, antes da bilhetagem, a **Prefeitura de Francisco Beltrão** gastava cerca de **R\$ 529 mil** por ano com vales para seus servidores, valor que caiu drasticamente para **R\$ 43 mil** após a implantação do novo sistema, evidenciando que muitos beneficiários recebiam os vales, mas não utilizavam o transporte público, optando por vendê-los no terminal por valores reduzidos.

Apesar dos benefícios contábeis e operacionais, Scopel reconheceu que a bilhetagem eletrônica também teve um efeito colateral negativo: a expressiva **redução no número de passageiros pagantes**. As empresas e instituições que antes forneciam muitos vales, como a BRF e a Lactalis, reduziram drasticamente as compras. Em 2015, por exemplo, a BRF adquiriu **701 mil vales**, enquanto em 2016 esse número caiu para **447 mil**, chegando a **386 mil** no ano seguinte. A consequência foi a queda no número total de passageiros transportados: de **2,1 milhões em 2016** para **980 mil em 2024**.

Outro desafio apontado foi o grande número de passageiros **isentos de pagamento**, que hoje representam **38,5% do total transportado**. Entre os beneficiários estão: idosos entre 60 e 64 anos (isenção criada por lei municipal após o início da concessão), idosos acima de 65 anos (com direito garantido pela Constituição), estudantes com desconto de 50%, pessoas com deficiência e seus acompanhantes, além da **integração temporal**, que permite que o usuário utilize mais de uma linha em até 1h30 sem pagar nova tarifa, desde que com o cartão eletrônico.

Scopel enfatizou a **dificuldade financeira** enfrentada pela Guancino para manter o serviço diante da queda de arrecadação e da alta taxa de gratuidades. Ainda assim, ressaltou que houve diálogo constante com a administração municipal, em especial com o atual prefeito Cléber, que contribuiu com ajustes na frota e na reestruturação das linhas, visando maior eficiência. Segundo o representante, o traçado atual das rotas busca garantir que os ônibus passem dentro dos bairros e que, na maioria dos casos, os





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

usuários não precisem caminhar mais de 150 metros para acessar um ponto de parada — salvo exceções pontuais.

Finalizou destacando que, embora haja críticas, a empresa tem se esforçado para manter o serviço funcionando dentro das limitações atuais e permanece aberta ao diálogo e a melhorias no sistema.

O senhor **Muran de Almeida**, representante da **Guancino Transportes**, iniciou sua fala cumprimentando a mesa diretora, os presentes e os que acompanhavam a audiência pelas redes sociais. Em sua exposição, apresentou um panorama das atualizações tecnológicas realizadas pela empresa desde **novembro de 2024**, destacando avanços significativos no sistema de bilhetagem, monitoramento e atendimento ao usuário.

Muran informou que a Guancino promoveu uma **atualização completa dos equipamentos e sistemas embarcados nos ônibus**, incluindo validadores, cabeamentos, servidores, sistema de rastreamento e **instalação de reconhecimento facial** em 100% da frota. Essas melhorias visam modernizar o serviço, garantir maior controle e transparência, além de coibir o uso indevido de benefícios tarifários.

Destacou como principal novidade a **implementação do aplicativo "Coletivo Beltrão"**, disponível desde **agosto de 2025**, que permite ao usuário **acompanhar em tempo real os ônibus por geolocalização**, verificar horários por linha e por ponto específico, **planejar viagens** e realizar **compra de passagens via Pix** ou recarga do cartão Passe Cidadão, tudo de forma remota. Ressaltou que o **ticket digital comprado via Pix** custa **R\$ 5,30**, mas **não oferece integração**, ao contrário do cartão Passe Cidadão, que custa **R\$ 5,14** e dá direito à integração temporal.

Também explicou que, uma vez comprado o ticket via aplicativo, o usuário tem **uma hora para utilizá-lo**, mas caso não consiga embarcar nesse prazo, o crédito não é perdido, ficando disponível para uso posterior.

Muran detalhou ainda a instalação da **telemetria veicular** em parte da frota, atualmente em seis ônibus, tecnologia que permite à empresa monitorar a condução dos motoristas em tempo real, incluindo **velocidade, frenagens, acelerações e trocas de marcha**. Segundo ele, essa medida visa melhorar a segurança e responder com mais precisão a eventuais reclamações dos usuários.

Sobre o **reconhecimento facial**, reforçou que ele está ativo em toda a frota e serve para validar o uso correto dos cartões com benefícios, como os de estudantes, idosos, pessoas com deficiência e acompanhantes. Caso seja identificado uso indevido, o sistema bloqueia automaticamente o cartão, exigindo que o titular regularize a situação.

CNPJ: 78.686.557/0001-15



Telefone: (46) 2601-0410

franciscobeltrao.pr.leg.br

cmfb@franciscobeltrao.pr.leg.br

Instagram: @camarabeltrao



Encerrou agradecendo à Câmara de Vereadores pelo convite e se colocou à disposição para esclarecimentos, reafirmando o compromisso da empresa com a modernização do transporte público em Francisco Beltrão e a busca constante por melhorias na qualidade do serviço prestado à população.

O senhor **Lucas Gomes de Oliveira**, representando a administração municipal, iniciou sua fala agradecendo ao presidente da Câmara, vereador Sidão, e à comissão organizadora pela realização da audiência pública. Informou que, assim que receberam o convite, a equipe da Prefeitura prontamente se organizou para participar e apresentar as ações em andamento referentes ao transporte coletivo no município.

Lucas destacou que a gestão municipal constituiu uma **comissão de trabalho multidisciplinar**, coordenada pelo secretário de Administração, **Gelson Kempa**, com participação da **assessoria jurídica**, representada pela procuradora-geral Dra. Camila, Dr. Marcos e Dra. Aline, além de **profissionais da Secretaria de Infraestrutura**, como **engenheiros e arquitetos**, responsáveis pelo planejamento das rotas e demais aspectos técnicos.

Ressaltou que o trabalho envolve diversas áreas — **jurídica, técnica e administrativa** — e está voltado tanto à **análise do atual contrato de concessão** quanto à **proposição de melhorias para o serviço**, com foco na futura licitação. Informou que a apresentação técnica seria conduzida pelo servidor Marcos Koerich, responsável por detalhar os estudos realizados até o momento.

Encerrando sua fala, Lucas reforçou que a equipe permanece **aberta a sugestões e questionamentos** por parte dos vereadores e da população, com o objetivo de aprimorar o serviço de transporte coletivo e subsidiar a elaboração de um possível **novo contrato de concessão** no futuro.

O servidor **Marcos Koerich**, representando a equipe técnica da administração municipal, iniciou sua fala com um tom de leveza, mencionando de forma bem-humorada a extensão de sua apresentação, composta por 123 slides. Em seguida, passou a tratar, sob a ótica da administração pública, dos aspectos técnicos, contratuais e econômicos relacionados ao transporte coletivo urbano.

Koerich explicou a diferença entre **tarifa pública** (valor pago pelo usuário) e **tarifa técnica de remuneração** (valor necessário para a sustentabilidade do sistema), destacando que o contrato atual é oriundo da **Concorrência nº 03/2015**, firmada com a empresa Guancino, após tentativa anterior frustrada em 2014 — ambas com **baixa concorrência**, tendo apenas uma empresa participante.





Apresentou a **fórmula contratual de reajuste tarifário**, baseada em três fatores: 50% pelo reajuste salarial dos trabalhadores da empresa, 30% pela variação do custo dos combustíveis, e 20% pelo custo de manutenção da frota. Mostrou a evolução da tarifa pública desde 2016, iniciando em R\$ 3,00 e alcançando **R\$ 5,30 em julho de 2025**, com destaque para o período entre 2019 e 2022, em que não houve reajuste.

Em seguida, detalhou a divergência entre os valores da tarifa pública e da tarifa técnica, informando que a **diferença foi apurada por perito judicial**, a partir de ação movida pela concessionária. A decisão resultante da perícia fixou a **tarifa técnica em R\$ 5,45**, valor que embasou o reajuste mais recente realizado pelo município.

Apresentou dados operacionais entre janeiro e agosto de 2025, destacando que **apenas 52 mil passageiros por mês são pagantes**, frente a **cerca de 166 mil gratuidades**, correspondendo a **39,81% de isenções** no período. Explicou o conceito de **IPK (Índice de Passageiro por Quilômetro)**, que está em 1,13 — ou seja, cada quilômetro rodado transporta, em média, pouco mais de um pagante, o que representa baixa eficiência operacional.

Trouxe ainda **comparativos com outros municípios**, como Toledo (PR), onde a **tarifa técnica apurada foi de R\$ 13,49**, sendo a diferença entre o valor público (R\$ 4,50) e o técnico subsidiada pela prefeitura local — **quase R\$ 2 milhões mensais**. Também citou o caso de Cascavel (PR), que tentou abrir licitação com tarifa técnica de R\$ 9,99, mas teve o edital impugnado. A realidade observada em diversos municípios é de **tarifas técnicas entre R\$ 9,00 e R\$ 13,00**.

Por fim, apontou duas possibilidades para o município: (1) realizar **nova licitação**, o que obrigaria o uso da **planilha da ANTP**, com provável elevação da tarifa técnica; ou (2) **firmar aditivo contratual com a atual concessionária**, conforme previsão contratual, com base na tarifa já periciada e validada judicialmente (R\$ 5,45), o que traria maior previsibilidade e estabilidade para os próximos reajustes.

Encerrando sua apresentação, passou a palavra ao servidor Júnior, responsável por apresentar os **estudos técnicos e urbanísticos** realizados pela equipe da Secretaria de Infraestrutura, voltados à reestruturação das rotas e melhorias no serviço, independentemente do modelo contratual adotado.

O servidor **Júnior Galvão**, da **Secretaria de Infraestrutura**, iniciou sua fala destacando as ações técnicas que vêm sendo desenvolvidas pela pasta para melhorar o transporte coletivo urbano. Explicou que está em andamento um **trabalho de remodelação das linhas** existentes, com o objetivo de eliminar sobreposições de trajetos e otimizar a cobertura territorial do sistema.





Ressaltou que atualmente diversas linhas possuem percursos semelhantes, convergindo todas para o **terminal central**, modelo este concebido há mais de uma década. No entanto, com o avanço da tecnologia, hoje é possível pensar em **modelos de integração fora do terminal**, criando **novos pontos de cruzamento entre linhas**, o que pode diminuir a dependência da estrutura física central e ampliar a mobilidade urbana.

Informou que o município está contratando um **Plano de Mobilidade Urbana**, que abrangerá a reestruturação do sistema viário como um todo, incluindo o transporte coletivo. Entre as diretrizes do plano, destacou a **implantação de corredores exclusivos para ônibus**, a **criação de conexões estratégicas entre bairros** e a **atuação nos principais polos de atividade econômica, educacional, social, de saúde e lazer**.

Comentou que foram **mapeados todos os pontos de interesse do município**, como escolas, hospitais, universidades e postos de saúde, com o intuito de aproximar as rotas desses locais. Citou como exemplo a demanda apresentada pela **UTFPR**, que relatou dificuldade no acesso de alunos ao campus devido à falta de transporte. A partir disso, foi criada uma **nova linha interbairros** para atender à instituição.

O servidor também informou que o novo plano visa **utilizar de forma mais eficiente a tecnologia já implantada**, como o sistema de bilhetagem e integração, possibilitando ao usuário embarcar e desembarcar em múltiplas linhas com a mesma passagem. Entretanto, alertou que essa flexibilidade pode gerar um impacto financeiro no sistema, tornando-o deficitário, caso não haja aumento da demanda.

Por fim, afirmou que os **ajustes de horários, itinerários e prioridades semafóricas** também fazem parte do escopo técnico em desenvolvimento. Mencionou que o atual sistema de controle semafórico do município permite **ajustes remotos**, o que viabiliza a implementação de **prioridade para os ônibus nos cruzamentos**, contribuindo para maior fluidez e cumprimento dos tempos médios de percurso. Encerrando, reforçou que todas as ações têm como objetivo central **ampliar o uso e a eficiência do transporte coletivo urbano**.

O vereador **Marcos Folador** iniciou sua fala com uma **autodescrição**, reforçando o compromisso com a inclusão. Descreveu o ambiente da audiência, a disposição das mesas e sua aparência.

Em seguida, **apresentou os resultados de uma pesquisa informal** realizada por seu mandato sobre a **opinião da população usuária do transporte coletivo** em Francisco Beltrão. A pesquisa foi inspirada em um levantamento feito pela vereadora Laí Leão em Curitiba e teve **120 respostas locais**, priorizando pessoas que realmente utilizam o transporte, especialmente no terminal urbano.





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

Ele explicou que a pesquisa não é estatística, mas sim uma **amostragem qualitativa**, com objetivo de ouvir quem mais sente os impactos do sistema de transporte.

Principais pontos levantados pela pesquisa:

- **Bairros com mais respondentes:** Centro (17%), Padre Ulrico (11%), Vila Nova (9%), entre outros.
- **Pontualidade:** 39% avaliaram como *regular*, 25% *boa*, 20% *ruim* e 14% *muito ruim*.
- **Tempo de espera:** 40% *regular*, mas 43% avaliaram como *ruim* ou *muito ruim*.
- **Lotação dos ônibus:** 33% *muito ruim*, 33% *regular*.
- **Conforto interno:** 41% *muito ruim*, 25% *ruim*.
- **Limpeza:** 33% *regular*, 45% entre *ruim* e *muito ruim*.
- **Sensação de segurança nos ônibus:** 33% *regular*, 42% *ruim* ou *muito ruim*.
- **Segurança nos pontos de ônibus:** 38% avaliaram como *muito ruim*, 27% *ruim*.
- **Estrutura dos pontos (acessibilidade, abrigo, bancos):** 35% *muito ruim*, 26% *ruim*.
- **Preço da tarifa:** 53% *muito ruim*, 24% *ruim*.
- **Facilidade para entender horários e itinerários:** 32% *regular*, 52% *ruim* ou *muito ruim*.
- **Integração entre linhas:** 32% *regular*, 53% *ruim* ou *muito ruim*.
- **Acessibilidade para PCDs:** 41% *regular*, 48% *ruim* ou *muito ruim*.
- **Alternativas ao transporte coletivo:** 73% afirmaram **não ter outro meio de transporte**.

Ao final, **Marcos Folador destacou que o objetivo da pesquisa era suprir a ausência de consulta pública oficial** por parte da prefeitura e gerar dados reais para o debate. Reforçou que a população deve ser ouvida nas discussões sobre o futuro do transporte público, dada sua experiência direta e cotidiana com o serviço.

O vereador **Emanuel Venzo** iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e destacou a importância do tema **transporte público** para a população de **Francisco Beltrão**, reforçando que **os vereadores são cobrados diariamente** sobre esse assunto.

O vereador destacou que, embora entenda que a empresa responsável precise ser financeiramente viável, é necessário que o transporte público ofereça um serviço de qualidade, com valor justo para os usuários. Comentou que, no fim de semana anterior, realizou uma ação de divulgação da audiência pública e demonstrou frustração pelo fato de muitas pessoas que reclamam frequentemente não terem comparecido para participar e apresentar suas demandas pessoalmente.





Ao questionar quem, entre os presentes, utiliza o transporte público, percebeu-se que cerca de 20% a 30% da audiência fazia uso do serviço, o que reforça a necessidade de ouvir diretamente essas pessoas. Emanuel apontou várias questões relatadas por usuários, como a falta de cordialidade de alguns motoristas, especialmente no tratamento com idosos, que exigem mais paciência e empatia.

Apresentou ainda perguntas importantes: o que acontece quando um motorista falta? Há substitutos disponíveis? Em caso de quebra de um ônibus, existe um veículo reserva para suprir a linha? Também relatou casos em que usuários precisaram esperar até uma hora pelo próximo ônibus por falta de substituição imediata. Comentou que esse tipo de problema pode fazer com que o trabalhador chegue atrasado ao serviço, prejudicando sua vida profissional.

Outras questões levantadas incluíram o tempo excessivo de espera, a má qualidade da frota atual (ônibus antigos e precários), a falta de acessibilidade, e a dificuldade para recarregar os cartões. Emanuel sugeriu melhorias no aplicativo da empresa, como a possibilidade de recarga por cartão de crédito (como já ocorre no aplicativo da Faixa Azul) e a visualização, em tempo real, da localização do ônibus (como funciona com o Uber), para facilitar a vida do usuário.

Questionou ainda sobre a quilometragem rodada pelos ônibus, o custo por quilômetro (que foi informado estar em torno de R\$ 20), e a média de passageiros transportados por dia, que é de aproximadamente 3.400 pessoas. A empresa explicou que possui uma frota ativa de 14 veículos, com alguns ônibus reservas, mas ressaltou que o acionamento de substitutos depende da localização do veículo e da disponibilidade de motoristas.

Em relação ao subsídio público, o vereador discutiu que atualmente a prefeitura contribui com cerca de R\$ 0,15 por passagem, um valor modesto comparado a outras cidades como Toledo, que subsidia R\$ 10 por usuário transportado, e Cascavel, que subsidia R\$ 5. Reforçou que, embora a ideia de aumentar o subsídio esteja em análise, é sempre necessário lembrar que o dinheiro sai do contribuinte, por meio dos impostos.

Sobre melhorias futuras, questionou se a empresa possui planos para renovação da frota e destacou que isso dependerá da receita e da viabilidade econômica do contrato atual. Também sugeriu, como ideia para incentivo ao uso do transporte, que o município estude a implantação de gratuidade nas passagens aos domingos, especialmente para acesso a pontos turísticos da cidade, como o Parque do Alvorecer (Dário). Isso poderia ser feito em parceria com a empresa, oferecendo linhas especiais nos finais de semana.

Outro ponto abordado foi o transporte de estudantes. Emanuel defendeu que a prefeitura poderia buscar formas de subsidiar ou isentar os estudantes do pagamento da tarifa.





facilitando o acesso à educação. Ele relembrou sua própria experiência como usuário do transporte público durante a juventude.

No encerramento, Emanuel apresentou um abaixo-assinado feito por moradores de alguns bairros solicitando o retorno de uma linha de ônibus no horário das 17h15 (Sadia-Beija-Flor), que atenderia a necessidade de deslocamento de diversos trabalhadores. Entregou o documento aos representantes da prefeitura e solicitou que ele fosse considerado no redesenho das rotas em andamento.

Por fim, reforçou que a audiência pública teve como objetivo principal ouvir a população, colher sugestões e buscar, junto à prefeitura e à empresa responsável, soluções concretas para melhorar a qualidade do transporte público no município. Defendeu também que campanhas educativas da Câmara e da prefeitura podem ajudar a incentivar o uso do transporte coletivo, o que contribuiria para a redução do trânsito e da poluição urbana. Finalizou com um convite para que todos reflitam sobre a importância do tema e participem mais ativamente das discussões.

Falas dos Participantes Inscritos

O Sr. **Vilmar da Motta** iniciou sua fala agradecendo ao vereador Marcos pela atitude inclusiva e destacou a importância de utilizar o termo "pessoa com deficiência", e não "pessoa com necessidades especiais", ressaltando que possuem necessidades específicas, conforme reconhecido pela Lei Brasileira de Inclusão. Representando a Associação dos Deficientes Físicos e Visuais de Francisco Beltrão, entidade com mais de 30 anos de atuação na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, relembrou discussões iniciadas em 2013 sobre o transporte coletivo e citou a lei municipal de 2018 sobre acessibilidade, pontuando que, apesar dos avanços legislativos, até 2025 as pessoas com deficiência física e visual ainda não conseguem utilizar o transporte coletivo com autonomia no município. Recordou conversas anteriores com autoridades, como a realizada em 2016/2017 na associação, nas quais foram apresentadas sugestões que não foram implantadas. Criticou a retirada dos cobradores, que anteriormente auxiliavam idosos e pessoas com mobilidade reduzida, e relatou situações recorrentes de desrespeito, como a ocupação indevida de assentos reservados e a falta de empatia por parte de motoristas, que colocam em risco a segurança dos usuários com deficiência ao arrancar o veículo antes que estejam devidamente acomodados. Finalizou questionando se será necessário esperar mais 50 anos para a plena acessibilidade no transporte coletivo de Francisco Beltrão e respondeu ao vereador Emanuel afirmando que a ausência de pessoas com deficiência na audiência se deve à falta de transporte coletivo acessível em horário noturno.

O vereador **Policial Oberdan** iniciou sua fala agradecendo a presença de todos na audiência pública e reforçou que o objetivo do encontro é debater e buscar alternativas





para o transporte público do município, reconhecendo a preocupação tanto dos usuários quanto dos gestores públicos com a qualidade do serviço prestado. Destacou a importância da participação do Executivo no processo e elogiou o trabalho técnico apresentado durante a audiência, especialmente o mapeamento realizado pelo representante da universidade, ressaltando a contribuição das instituições de ensino na produção de dados e informações relevantes para a tomada de decisões.

O vereador também mencionou as dificuldades enfrentadas pela empresa que opera o transporte público, apontando que houve um equívoco na contratação em 2015, o que acabou afetando toda a população. Observou que, ao longo dos últimos 10 anos, houve grandes transformações sociais, tecnológicas e na mobilidade urbana, como o crescimento dos aplicativos de transporte, o que alterou o comportamento da população, que muitas vezes prioriza o conforto individual, mesmo que isso signifique maior impacto ambiental.

Compartilhou experiências pessoais relacionadas ao uso do transporte público, lembrando o período em que utilizava ônibus para deslocamento ao trabalho, mesmo tendo outras opções, por consciência ecológica. Ressaltou que, atualmente, nem mesmo policiais utilizam o serviço, o que demonstra a perda de atratividade do transporte coletivo. Finalizou reforçando a importância de manter o diálogo aberto com a população para buscar melhorias significativas na mobilidade urbana, destacando que, embora haja desejo por gratuidade no transporte em determinados contextos, como domingos e acesso à educação, é preciso lembrar que tais benefícios têm custos e precisam ser financiados de alguma forma, pois “não existe almoço grátis”.

O professor **Paulo Júnior Varella**, diretor-geral da UTFPR de Francisco Beltrão, iniciou sua fala agradecendo a oportunidade e parabenizando a Câmara pela realização da audiência pública, destacando a importância desse espaço para escutar as diferentes partes envolvidas e buscar soluções concretas para o transporte público no município. Representando uma comunidade acadêmica de cerca de mil pessoas, entre alunos e servidores, Varella destacou que a maior parte das reclamações recebidas pela direção da universidade está relacionada à mobilidade urbana, o que evidencia a relevância do tema.

Reconheceu o trabalho de levantamento e pesquisa apresentado na audiência, especialmente pela contribuição de João, e colocou à disposição do município toda a expertise da UTFPR e demais universidades, com seu corpo docente, pesquisadores e alunos, para colaborar no diagnóstico e na busca por soluções. Ressaltou a importância da universidade pública como agente de desenvolvimento regional e lembrou que a presença da UTFPR injeta milhões de reais anualmente na economia local, com alunos de todos os estados do Brasil residindo em Francisco Beltrão.





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

O professor também compartilhou sua experiência pessoal como morador da cidade, afirmando que ainda sente falta de um sistema de transporte público eficiente, que o encorajasse a deixar o carro em casa. Citou como exemplo a distância entre seu bairro, Água Branca, e a universidade, apontando que os modais atuais não atendem de forma satisfatória à demanda, levando, muitas vezes, mais de uma hora para um trajeto relativamente curto.

Encerrou propondo a criação de um grupo de trabalho contínuo para discutir melhorias estruturais no sistema de transporte, desde os terminais e pontos de ônibus até as rotas e horários. Reforçou que a UTFPR, que hoje é uma das instituições que mais forma engenheiros no Brasil e uma das mais empreendedoras do país, está totalmente disponível para contribuir com estudos, análises e propostas que possam fortalecer a mobilidade urbana em Francisco Beltrão.

Lia Eduarda dos Santos Toassi, estudante universitária e usuária do transporte público de Francisco Beltrão, iniciou sua fala se apresentando e relatando sua vivência cotidiana com o sistema de transporte da cidade. Respondeu a um questionamento anterior do vereador Venzo sobre a baixa participação popular na audiência, explicando que o horário do evento (às 19h) inviabiliza a presença de muitas pessoas que dependem do transporte público, considerando o tempo necessário para se locomover do trabalho até casa e, depois, até a Câmara.

Lia destacou a ausência de dados detalhados sobre os motivos que levam os cidadãos a deixarem de utilizar o transporte coletivo e compartilhou informações obtidas por meio de conversas com outros usuários. Apontou o custo elevado da passagem, que muitas vezes torna mais vantajoso dividir um carro por aplicativo, além da dificuldade para recarregar o cartão ou efetuar o pagamento diretamente ao motorista. Observou que muitas linhas de ônibus operam apenas de hora em hora, dificultando a pontualidade e aumentando o tempo de espera, especialmente à noite.

Ela também criticou as condições físicas dos ônibus, citando problemas como falta de manutenção, ausência de lixeiras e pontos de apoio instáveis dentro dos veículos. Ressaltou que os pontos de ônibus são, em sua maioria, descobertos e mal sinalizados, relatando ter ficado em dúvida se um determinado local era de fato um ponto de embarque. Apontou que essa situação representa uma barreira de acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência.

Apesar das críticas, Lia elogiou a criação do aplicativo do transporte público, reconhecendo que a ferramenta tem facilitado sua rotina, mas sugeriu melhorias, especialmente em relação ao cadastro e à usabilidade. Criticou também o atendimento no terminal de ônibus, classificando-o como pouco acolhedor e ineficiente. Propôs que o município permita o pagamento em dinheiro diretamente ao motorista, como ocorre





em cidades vizinhas como Chapecó, para ampliar o acesso ao transporte. Mencionou situações em que pessoas ficaram impedidas de embarcar por não possuírem o cartão.

Finalizou reforçando a necessidade de envolvimento direto do poder público na escuta da população, sugerindo que vereadores ou representantes da gestão visitem os terminais e pontos de ônibus para ouvir os usuários e compreender de perto os desafios enfrentados diariamente. Agradeceu o espaço e destacou que a solução para o transporte público precisa ser construída de forma conjunta, com participação da comunidade, da Câmara e da administração municipal.

O vereador **Julio Spada** iniciou sua fala se apresentando e agradecendo a oportunidade de se manifestar na audiência pública. Destacou que, ao longo do evento, foram ouvidas as diferentes perspectivas envolvidas na questão do transporte público de Francisco Beltrão: a da empresa concessionária, que expôs seus dados operacionais e financeiros; a dos usuários, que relataram as dificuldades enfrentadas no dia a dia; e a da administração pública, que lida com questões contratuais, técnicas e estruturais, como a renovação ou realização de nova licitação e o possível subsídio ao serviço.

Reconhecendo a importância das informações compartilhadas, o vereador fez um questionamento central: o que será feito a partir desse momento até o fim do contrato atual, previsto para encerrar em 31 de dezembro? Enfatizou que, embora o debate e o levantamento de dados sejam fundamentais, é preciso que eles resultem em ações práticas, decisões e consensos que contemplem os interesses de todas as partes envolvidas.

Apoiando a sugestão anterior do professor Paulo Varella sobre a criação de um grupo de trabalho ou comitê técnico, Spada reforçou a necessidade de dar continuidade ao debate com foco em soluções concretas. Finalizou dirigindo uma pergunta direta à empresa responsável pelo transporte coletivo, questionando se ela estaria disposta a continuar operando mesmo diante de prejuízos financeiros — como os R\$ 11 milhões mencionados anteriormente — caso não haja uma mudança significativa na tarifa. Indagou ainda se, nessas condições, a empresa teria interesse em renovar o contrato ou participar de uma nova licitação, caso não haja equilíbrio financeiro viável para a operação.

Em resposta ao questionamento do vereador Julio Spada, o representante da **Guancino Transportes, Sr. João**, afirmou que, em diversos momentos, a empresa teve a intenção de encerrar o contrato devido às dificuldades enfrentadas, mas que não o fez por conta da resistência do Executivo Municipal, considerando, principalmente, as altas multas previstas em caso de rescisão. Esclareceu que, caso a Prefeitura opte por renovar o contrato dentro de novos termos, especialmente com a possibilidade de subsídio, a empresa está disposta a continuar operando o serviço de transporte público no





Sobre a possibilidade de subsídio público para o transporte coletivo, Lucas explicou que o município possui uma legislação que criou o Fundo Municipal de Transporte, mas que inicialmente esse fundo foi constituído com recursos federais destinados ao enfrentamento da pandemia, e que parte desses recursos foi utilizada para fins diversos — como a instalação de pontos de ônibus —, o que não correspondia ao objetivo original do fundo. A atual gestão solicitou oficialmente ao Ministério das Cidades uma autorização para redirecionar esse recurso à empresa, respeitando o fim a que se destinava.

Lucas reforçou que, para o futuro, é necessário estruturar o fundo com uma **dotação orçamentária própria e autorização legal** para que o município possa, dentro das possibilidades financeiras e da disponibilidade de caixa, conceder subsídios voltados à redução da tarifa e à melhoria do serviço. Finalizou enfatizando que o município não pode oferecer aquilo que não tem, e que o equilíbrio entre orçamento, legislação e necessidades sociais é fundamental para garantir um transporte público mais acessível e eficiente.

O estudante **Willian Galvan Guimarães** iniciou sua fala com uma autodescrição, seguindo a dinâmica adotada durante a audiência, e destacou que representa, junto com a estudante Lia Eduarda, os alunos da Unioeste - Campus Francisco Beltrão, localizado no bairro Água Branca, onde funcionam os cursos de Nutrição e Medicina. Relatou ser usuário do transporte público e agradeceu ao vereador Marcos pelo apoio ao projeto de discussão sobre melhorias no sistema.

Willian ressaltou as dificuldades enfrentadas pelos estudantes, especialmente em relação aos pontos de ônibus. O ponto mais próximo do campus, localizado fora da área interna da universidade e próximo ao novo hospital municipal, não possui estrutura adequada de abrigo. Quando chove, os estudantes, inclusive estrangeiros — como colegas vindos da Jamaica e do Peru — enfrentam situações precárias, o que causa desconforto e constrangimento.

Ele também apontou falhas no atendimento da empresa, citando o caso de uma colega que teve problemas com o cartão do transporte: mesmo após solicitar a substituição do chip e testar na catraca, foi orientada a pagar mais de R\$ 50, sem explicação clara. Além disso, reclamou da limitação dos horários de ônibus, explicando que, por exemplo, ao encerrar as aulas às 15h30, precisa esperar até as 16h para o próximo ônibus. Reforçou ainda que a integração entre linhas só é possível no terminal central, e não em qualquer ponto da cidade dentro do período de uma hora, o que dificulta o deslocamento eficiente para os estudantes.

A professora **Silvia Regina Pereira**, docente do curso de Licenciatura em Geografia da Unioeste, iniciou sua fala com uma autodescrição e destacou sua trajetória acadêmica





voltada à orientação de trabalhos na graduação e pós-graduação com foco em mobilidade, acessibilidade urbana e direito à cidade. Ressaltou que o transporte coletivo urbano está diretamente vinculado a esse direito, que deve assegurar a todos os cidadãos acesso pleno e igualitário aos espaços urbanos.

Silvia defendeu que o sistema de transporte coletivo deve ser integrado a outros modais de mobilidade, como ciclovias, ciclofaixas e calçadas acessíveis, o que ainda é uma deficiência na cidade. Reforçou a necessidade de estruturação adequada da malha urbana conforme determina a Lei de Mobilidade Urbana de 2012, que ainda não foi plenamente implementada em Francisco Beltrão.

A professora criticou a falta de linhas que conectem diretamente serviços públicos essenciais, como a UPA 24h, hospitais e centros de saúde. Apontou que é inadmissível que uma UPA não seja acessível por transporte coletivo durante toda a madrugada, obrigando pessoas sem recursos a esperarem amanhecer para buscar atendimento. Destacou que, mesmo que a frequência de ônibus não seja de hora em hora no período noturno, é essencial garantir alguma oferta de transporte.

Ela também defendeu que as audiências públicas como essa deveriam ser realizadas em locais e horários acessíveis, especialmente nos bairros de onde vêm os maiores usuários do transporte coletivo, para permitir que essas pessoas participem diretamente das discussões.

Finalizando, Silvia lembrou que muitos alunos da Unioeste, assim como da UTFPR, precisam pagar transporte alternativo (como vans) por falta de linhas regulares que atendam ao horário de término das aulas, que vai até as 22h45. Ressaltou que garantir o direito à educação, à saúde e à cidade exige a reestruturação dos modais de transporte, com prioridade para a inclusão e acessibilidade urbana.

O Vereador **Marcos Folador** retomou a palavra para reforçar seu posicionamento, destacando que fala não apenas como expositor, mas principalmente como representante do Legislativo. Ressaltou que o debate sobre o transporte público foi impulsionado pelo Legislativo e enfatizou a necessidade de uma construção coletiva e horizontal envolvendo Executivo, Legislativo e população.

Ele apontou que o município precisa avançar na atualização das linhas de transporte, considerando a expansão da cidade entre 2015 e 2025, com demandas antigas e novas que ainda não foram atendidas. O vereador expressou preocupação com o curto prazo de cerca de três a quatro meses até 31 de dezembro para definir as condições da nova concessão, seja por renovação ou nova licitação, destacando o desafio principalmente para o Executivo.





**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

Folador observou que dificilmente a nova concessão caminhará junto com a revisão do Plano Municipal de Mobilidade Urbana e do Plano Diretor, que devem ser aprovados apenas no próximo ano, o que representa um desafio adicional. Também mencionou que o Conselho Popular do Transporte, criado em 2017, tem tido atuação limitada, e que o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, criado em 2019, ainda não está em funcionamento, sugerindo que o Executivo coloque esse conselho em atividade para integrar os trabalhos com as universidades.

Por fim, ressaltou o papel fundamental das universidades para contribuir cientificamente com a gestão pública e a importância de olhar para as especificidades dos bairros e pontos de transporte, tema reforçado pela fala da professora Silvia. Colocou o Legislativo à disposição para ampliar e garantir a efetivação das melhorias no transporte público, destacando o compromisso de construir, em conjunto, a cidade desejada.

O Vereador **Policial Oberdan** fez alguns apontamentos breves em resposta à fala do Vereador Marcos. Ele lembrou que em novembro do ano anterior já alertava sobre o vencimento do contrato da concessão do transporte coletivo. Destacou que, ao chegar na Câmara com os demais vereadores, em fevereiro propôs a realização de uma audiência pública para tratar do tema.

O vereador ressaltou que não há dificuldade de diálogo com o Executivo Municipal e reconheceu a importância do Executivo realizar suas próprias audiências públicas. Contudo, ele criticou o fato de o Legislativo não ser convidado para participar da comissão do Executivo que discute o transporte público, reforçando que a Câmara, composta por 17 vereadores, está sempre pronta para dialogar e construir soluções em conjunto.

Além disso, Oberdan esclareceu que sua referência ao engenheiro de trânsito do município não teve intenção de culpar o Executivo em qualquer gestão passada, mas sim lembrar que erros do passado podem e devem ser corrigidos no presente.

Rodrigo Cardoso da Silva Gonçalves, representando o Centro Acadêmico de Engenharia Ambiental e Sanitária da UTFPR e o Levante Popular da Juventude, iniciou sua fala com autodescrição, destacando-se como um jovem pardo, alto, usando camiseta de movimento social.

Rodrigo trouxe a perspectiva dos estudantes, especialmente da UTFPR, reforçando a falta de integração adequada entre os bairros mais afastados, como a Cidade Norte, e os serviços públicos essenciais, como universidades e hospitais. Criticou a ausência de rotas diretas e a dependência da integração, apontando que isso ocorre por falta de alternativas e não por comodidade.

CNPJ: 78.686.557/0001-15



Telefone: (46) 2601-0410

franciscobeltrao.pr.leg.br

cmfb@franciscobeltrao.pr.leg.br

Instagram: @camarabeltrao



**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**

**Nosso compromisso é
trabalhar por você!**

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

Ressaltou que o sistema atual de transporte público não contempla o básico, como a compra do passe fora do terminal, especialmente para quem vive em bairros distantes como o Pinheirão. Mencionou também a dificuldade dos estudantes da UTFPR em acessar o transporte no período noturno, com horários que não se alinham ao término das aulas, resultando na perda de ônibus.

Rodrigo questionou os dados apresentados pela empresa, como a média de dois passageiros por hora, argumentando que esse número ignora os horários de pico e a superlotação. Criticou a qualidade do serviço prestado, a falta de higienização e ventilação nos veículos — o que, segundo ele, agrava questões relacionadas à saúde pública e às mudanças climáticas.

Finalizou destacando a importância de envolver as universidades e os usuários do transporte público no planejamento do novo plano de mobilidade urbana, elogiando a iniciativa, mas cobrando maior participação popular. Também citou estudos que apontam o transporte coletivo como energeticamente mais eficiente em trajetos mais longos, contribuindo para a adaptação às mudanças climáticas.

Vereador Cidão, presidente da Câmara, iniciou sua fala com autodescrição, destacando-se como homem alto, de cabelo curto, barba, olhos castanhos, usando camisa preta e mencionando estar com sobrepeso. Reforçou o compromisso da Câmara em buscar inclusão e representatividade para todos os segmentos da sociedade.

Agradeceu ao diretor da empresa Guancino, o Sr. Muran, pela lembrança da atuação conjunta dele e do vereador Pedro na luta pela implantação do aplicativo do transporte coletivo — um avanço importante, embora ainda limitado, pois depende do acesso à tecnologia, que nem todos possuem.

Cidão demonstrou surpresa e preocupação com o fato de que, a apenas cinco meses do fim da atual concessão do transporte público, as discussões estariam ocorrendo principalmente em gabinetes do Executivo, sem a participação da Câmara de Vereadores. Criticou a exclusão do Legislativo do processo e reforçou que são os vereadores — representantes diretos da população de Francisco Beltrão — que terão que votar e aprovar qualquer tipo de subsídio público ao sistema.

Finalizou com um alerta sobre a gravidade da situação e afirmou que, a partir daquele momento, a Câmara intensificaria sua participação e convocaria a população a acompanhar e fiscalizar de perto, reforçando que **acordos feitos sem ampla participação popular e institucional geralmente não dão certo.**

CNPJ: 78.686.557/0001-15



Telefone: (46) 2601-0410

 franciscobeltrao.pr.leg.br

cmfb@franciscobeltrao.pr.leg.br
Instagram: @camarabeltrao

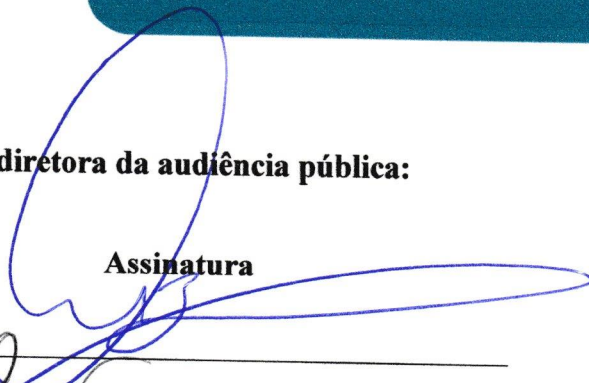
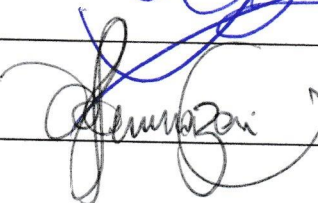
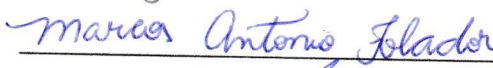
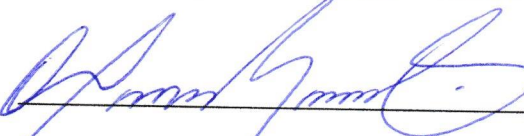


**CÂMARA DE VEREADORES
FRANCISCO BELTRÃO**
Nosso compromisso é
trabalhar por você!

@camarabeltrao

Rua Tenente Camargo, 2173 - Centro
Francisco Beltrão - PR

Assinam a presente Ata os membros da mesa diretora da audiência pública:

Nome Completo	Cargo	Assinatura
Cidney Barbiero Filho (Cidão)	Presidente da Câmara Municipal	
Mara Fornazari Urbano	Vereadora – Proponente da audiência	
Marcos Antônio Folador	Vereador – Proponente da audiência	
Oberdan Raul Saretta	Vereador – Proponente da audiência	
Emanuel Venzo	Vereador – Proponente da audiência	